

## Representantes presentes da Câmara Social

1. Fernanda Fowler P. Carbone (OAB) – (T)
2. Fábio Guilherme Moreira Gouvêa (AEA) – (S)
3. Luiz Roberto Barretti (ABES) – (T)
4. Elias Rahal Neto (APROESP) – (T)
5. Adriano Bressane (UNESP) – (T)
6. Ricardo Law (UNIP) – (T)
7. Lincoln Delgado (GCE) – (T)
8. Silvio Holleben (AABEA) – (S)
9. Kelly Caramelo (SASP) – (T)
10. Renato Veneziani (SIND. RURAL) – (T)
11. Fabiana Vieira Dias Alves (ACONVAP) – (T)
12. Ronaldo Madureira (SEURBS) – (T)
13. Valdir Martimiano Dias (SEURBS) – (S)
14. Paulo Caon (SEURBS) – (T)
15. Dolores Moreno Pino (SEURBS) – (T)
16. Georges Salim Assaad Junior (GARD) – (T)
17. Daniel Simões de Araújo Neto (GARD) – (S)
18. Augusto José Delfim Moreira (SS) – (T)
19. Daniele de Freitas Carvalho (SEC) – (T)
20. Alberto Vasconcellos Queiroz (SFX) – (S)
21. Gabriela Bettati Fachini (SMC) – (S)
22. Rodrigo Cordeiro da Costa (URBAM) – (S)

## Demais cidadãos presentes

1. Daniel A. M. Guimarães (SABESP)
2. Gabriel Ivo de O. Rocha (SEURBS)
3. André Bontempo Garcia Lima (Rádio Estadão Vale)
4. Wilson Cabral de Sousa Jr. (Município)
5. Andrea Luswarghi (Município)
6. José Moraes Barbosa (Município)
7. Amélia Naomi Omura (Câmara Municipal)
8. Paulo Roberto Guimarães Junior (SEMOB)
9. Lucas Lacaz Ruiz (Rede Agro)

## Ausências justificadas

1. Gustavo Souza Nilo Bahia Diniz (SABESP)
2. Daniela do Amaral Moretti (AABEA)
3. Luciana Vanni Gatti (INPE)
4. Maria Regina de Aquino Silva (UNIVAP)
5. Ellen Dayse Rezende (EDP)
6. Sueleide Prado (Vale Verde)
7. Ralf Gielow (SAVIVER)
8. Fábio Gouvêa (AEA)



**Pauta:**

- 01 - Aprovação de ATA - reunião ordinária de 18/07/19;**
- 02 – FUMCAM/FMSE - Educomunicação (Programa Nascentes) e Programa Pomares Nativos Educativos;**
- 03 – Apresentação do Projeto "Linha Verde";**
- 04 – Balanço das Audiências Públicas de discussão da revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.**

1 Às catorze horas e vinte minutos do dia quinze de agosto de dois mil e dezenove, o  
2 Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMAM Lincoln Delgado  
3 (GCE), deu início à reunião ordinária, cumprimentando os presentes e agradecendo a  
4 presença de todos. Esclareceu que o Secretário de Mobilidade Urbana, Eng. Paulo  
5 Guimarães, presente na reunião, poderia permanecer por aproximadamente uma hora  
6 dado a compromissos anteriormente agendados, dizendo ainda que a ele caberia  
7 apresentar o projeto "Linha Verde" e também responder questionamentos a respeito  
8 das supressões de árvores localizadas na Avenida dos Astronautas. Assim, o  
9 Secretário de Mobilidade Urbana iniciou sua fala cumprimentando os presentes. Antes,  
10 porém, devido a um questionamento formulado por um munícipe presente, o  
11 Presidente do COMAM, Lincoln Delgado, esclarece que há necessidade de prévia  
12 inscrição com limite de horário para que os presentes não membros do Conselho  
13 possam fazer uso da palavra. Em seguida, o Secretário de Mobilidade Urbana retoma a  
14 palavra e inicia sua apresentação dizendo que a Prefeitura está negociando com a  
15 CETEP a aquisição da área de transmissão de energia, esclarecendo que  
16 diferentemente do que acontece em outros municípios, referida área não constitui  
17 servidão, mas que em São José dos Campos as áreas são de propriedade da  
18 empresa. Menciona que a faixa de transmissão de energia tem início na região sul da  
19 cidade, cortando toda sua extensão, passando pela região central, seguindo em  
20 direção a zona leste até o fundo do Parque Tecnológico. Esclarece que o início do  
21 trajeto do transporte público a ser implantado será na região do bairro Campo dos  
22 Alemães. Menciona que um dos impactos dessa negociação se trata do "enterramento"  
23 das linhas de transmissão e que em outros municípios tal incumbência ficava  
24 normalmente sob responsabilidade dos municípios, mas que no Município boa parte  
25 das áreas que serão objeto de aquisição já estão livres dado que a empresa unificou  
26 parte das linhas em um conjunto de torres que fica do lado esquerdo do trajeto  
27 (olhando sentido zona sul – leste), motivo pelo qual o Município não ficará obrigado a  
28 enterrar as torres de energia, o que inviabilizaria o projeto. Menciona que o segundo  
29 impacto refere-se ao valor da desapropriação, dizendo que a área total a ser  
30 desapropriada tem aproximadamente trezentos e noventa e cinco mil metros  
31 quadrados, esclarecendo que parte do valor será pago à vista (sete milhões de reais) e  
32 outra parte foi transformada em carta de crédito para abatimento no valor do IPTU,  
33 colocando que o município, nos próximos cinco anos, não terá que desembolsar  
34 qualquer valor. Diz que a fase um da linha verde será responsável por conectar o fundo

35 da zona sul com a região central da cidade e que este trecho está sendo trabalhado  
36 pelo modelo “Desenvolvimento Orientado pelo Transporte Sustentável”, contendo uma  
37 linha de TRM (Transporte Rápido de Massa), ciclovia e calçada. Menciona ainda que  
38 por conta das tratativas envolverem parte dos investimentos com abatimento no IPTU,  
39 o valor do metro quadrado caiu de um mil reais para cerca de cento e cinquenta reais,  
40 havendo, portanto, uma economia de oitenta e cinco por cento de recursos públicos.  
41 Diz que a fase dois do projeto fará conexão entre as regiões central e sudeste,  
42 mencionando que se projeta para a terceira fase a construção de um “anel viário leste”,  
43 destacando a importância regional da construção da linha verde, já que permitirá a  
44 ligação Jacareí-São José dos Campos-Caçapava. Esclarece que a área restante  
45 possibilitará que a própria CETEP em conjunto com o setor privado procedam ao  
46 desenvolvimento imobiliário da área, sendo que cinco por cento dela será destinada a  
47 habitações de interesse social, dizendo que fazem parte do projeto cerca de cinco  
48 grandes praças. Destaca o caráter autorizativo do projeto aprovado na Câmara  
49 Municipal, o que conferiu legalidade às tratativas, mencionando que atualmente estão  
50 sendo realizados estudos para a fase um do projeto. Menciona, finalizando sua  
51 apresentação, que tudo indica que a escolha recairá sobre o VLP (veículo leve sob  
52 pneus), frota que será totalmente elétrica e que deve começar a operar em meados do  
53 ano de dois mil e vinte e um. Assim, o Presidente do COMAM, Lincoln Delgado, passa  
54 a palavra para manifestação de membros da Câmara Social que queiram falar a  
55 respeito do que foi apresentado a respeito da “Linha Verde”. Assim, a Conselheira  
56 Fabiana Vieira (ACONVAP) parabeniza o Secretário pelo projeto, destacando que se  
57 trata de uma grande inovação para a cidade e faz duas perguntas, sendo que a  
58 primeira versa a respeito de como ficarão as linhas de ônibus, citando a linha que  
59 passa na Avenida Mar Del Plata e a segunda é sobre a linha que passará na região do  
60 DCTA, se será uma via exclusiva para o transporte público ou se será compartilhada e  
61 a ela é respondido que a ideia inicial é que, na zona sul, seja uma via exclusiva para o  
62 transporte público, com ciclovia e calçada, eis que já existe a Estrada Velha,  
63 objetivando que o transporte público de massa possa atrair mais pessoas, invertendo a  
64 lógica atual de utilização dos modais; da mesma forma será na Avenida Doutor Nelson  
65 D’Ávila, ou seja, transporte público circulando exclusivamente em canaletas ou faixas  
66 exclusivas. Seguidamente, o Conselheiro Ricardo Law (UNIP) inicia sua fala  
67 cumprimentando a todos e parabenizando o Secretário pela iniciativa, questionando-o a  
68 respeito de que tipos de materiais já estão prontos, quando o Secretário lhe responde  
69 que a lei já está pronta, além de um chamamento público que foi aberto para  
70 receber contribuições do setor privado. Ricardo Law pergunta também da data  
71 prevista para a divulgação do cronograma de execução e o Secretário responde que  
72 este cronograma deverá estar pronto em um prazo aproximado de sessenta dias, e, por  
73 fim, o Conselheiro requer tão logo o cronograma e materiais estejam prontos sejam  
74 enviados ao COMAM para que o Conselho possa acompanhar a execução. O  
75 Secretário concorda e diz que poderá voltar ao COMAM na reunião agendada para o  
76 mês de outubro para apresentar maiores detalhes a respeito do projeto. O Presidente  
77 do COMAM pergunta à Câmara Social se mais algum Conselheiro deseja apresentar

78 questionamento a respeito da “Linha Verde” e ninguém se manifesta, quando então  
79 oportuniza a fala aos munícipes previamente inscritos. O primeiro a se manifestar é o  
80 Sr. Arlindo Régis que inicia sua fala parabenizando a Prefeitura e o Secretário pela  
81 iniciativa, ironizando a metodologia adotada, pois, segundo ele, a Prefeitura lança a  
82 ideia, localiza a obra, define os eixos estruturantes para mais tarde realizar os estudos,  
83 captar as contribuições e discutir com a sociedade, destacando que a Constituição da  
84 República Federativa do Brasil prevê que a gestão seja democrática e que a Prefeitura  
85 deveria ter discutido o projeto com a população antes de qualquer iniciativa,  
86 mencionando que a “Linha Verde” sequer foi apresentada quando da elaboração do  
87 Plano Diretor. Em seguida, o Secretário de Mobilidade Urbana responde que não é  
88 função do Plano Diretor apontar projetos específicos, mas que se observarmos o mapa  
89 da macroestrutura viária, o projeto estava previsto desde o ano de dois mil e seis, a  
90 Prefeitura apenas não havia definido a maneira de execução. Em seguida, a munícipe  
91 Vera Assis questiona a respeito da radiação emitida pelas linhas de transmissão,  
92 dizendo ainda que quando trabalhava da Prefeitura, não era permitida a utilização do  
93 local, perguntando se com o aterramento das linhas não haverá mais referida emissão.  
94 O Secretário responde que para a aquisição das áreas foi utilizada a normatização da  
95 Agência Nacional de Energia Elétrica, não havendo qualquer indício de problema que  
96 qualquer usuário do transporte público possa sofrer. Vera Assis reitera a pergunta,  
97 questionando se houve de fato discussão a respeito da radiação eletromagnética, por  
98 se tratar de questão de saúde pública, quando lhe é respondido que a respeito desta  
99 questão específica não houve, mas que a aquisição foi feita respeitando os limites  
100 permitidos, de acordo com a própria rede de transmissão de energia. Vera pergunta se  
101 houve discussão com a Secretaria de Saúde ou com a ANVISA e o Secretário diz que  
102 a respeito desta questão específica não houve. Lincoln Delgado, presidente do  
103 COMAM, questiona o Secretário a respeito do COMOB, ou seja, se há ou houve  
104 alguma discussão sobre o assunto em sede do Conselho de Mobilidade, quando lhe é  
105 respondido que os detalhes foram apresentados, mas que especificamente a respeito  
106 da radiação não houve discussão. Em seguida, Fabiana Vieira (ACONVAP) retoma a  
107 palavra para questionar a respeito das áreas que serão objeto de construção, pergunta  
108 se elas serão loteadas e colocadas à venda, quando o Secretário lhe responde que a  
109 área adquirida pela Prefeitura será utilizada exclusivamente para os corredores de  
110 transporte e que as demais continuam sob a responsabilidade da CETEP e que é ela  
111 quem irá definir as regras para utilização, sendo que a Prefeitura conferiu à empresa a  
112 oportunidade de empreender nestes locais e para isso terão que fazer o enterramento  
113 das linhas. Complementa dizendo que com relação ao zoneamento, valerá o  
114 correspondente a cada trecho. Em seguida, o munícipe Sr. Moraes questiona a  
115 respeito dos efeitos da radiação eletromagnética, aconselhando a Prefeitura a detalhar  
116 e aprofundar os estudos a respeito do tema, a fim de proporcionar segurança a saúde  
117 dos usuários. Diz também que concorda com a manifestação do Sr. Arlindo Régis, ou  
118 seja, que o projeto deveria ter sido debatido quando da realização do Plano Diretor. O  
119 Secretário diz ser pertinente a manifestação do Sr. Moraes. Em seguida, o Presidente  
120 do COMAM pergunta se há mais perguntas sobre o tema e a Câmara Social se mostra

121 silente, quando então, aproveitando a presença do Secretário da SEMOB, avança para  
122 o tema que envolve a supressão de mais de cem árvores na Avenida dos Astronautas  
123 para construção de ciclovia. O Secretário inicia dizendo que quando se fala em  
124 supressão de árvores, dois quesitos têm de ser superados; o primeiro, segundo ele, é a  
125 alternativa locacional e o segundo é a alternativa tecnológica. É preciso que se  
126 comprove que a inexistência de alternativas locacional e tecnológica para que se  
127 proceda à supressão de árvores. Diz que no início do ano de dois mil e dezessete, o  
128 DCTA construiu ciclovia em seu interior e conectou a ciclovia que sai do DCTA até  
129 próximo a marginal da Rodovia Presidente Dutra e que o projeto da Prefeitura é  
130 interligar esta ciclovia até o aeroporto, passando pela Avenida Doutor Nelson D'Ávila,  
131 marginal da Rodovia Presidente Dutra, Avenida dos Astronautas, Brigadeiro Faria  
132 Lima, chegando ao aeroporto. Diz ainda que a Prefeitura optou por utilizar concreto,  
133 sendo este o método mais tradicional e, com relação à alternativa locacional, o  
134 Secretário diz que este é um local de interesse do ciclista, além de usar um espaço  
135 possível de ser utilizado, entre o muro do DCTA e a calçada já existente, por isso a  
136 inexistência de alternativa locacional. Menciona ainda que o canteiro central da  
137 Avenida dos Astronautas é estreito, além de ali estarem instalados vários postes de  
138 energia. Esclarece que serão suprimidas cento e trinta e seis árvores e, a título de  
139 compensação ambiental, serão plantadas duas mil e seiscentas e quarenta e cinco  
140 árvores. Menciona que o custo da compensação ambiental já está inserido no custo da  
141 obra, evitando-se assim o acúmulo de passivos ambientais. Coloca ainda que o trajeto  
142 foi elaborado desviando do maior número de árvores possível, destacando que  
143 seguindo diretriz elaborada pela SEURBS, o plantio deverá ser realizado nas  
144 proximidades do local das supressões. Em seguida, o Presidente do COMAM, passa a  
145 palavra para manifestações de membros do Conselho. O primeiro a se manifestar é o  
146 Conselheiro Renato Veneziani, do Sindicato Rural e ele pergunta ao Presidente do  
147 COMAM se este projeto deveria ter passado pelo COMAM e o Sr. Lincoln Delgado  
148 responde que não tinha conhecimento do projeto e que, em consequência, não foi  
149 debatido em sede do COMAM. O Presidente oportuniza a palavra ao Secretário de  
150 Mobilidade Urbana a fim justificar o fato de o projeto não ter sido, segundo ele, melhor  
151 publicizado. O Secretário de Mobilidade Urbana diz que no site da Prefeitura é possível  
152 encontrar notícias a respeito do início das obras, falando do processo licitatório, mas  
153 que desconhece qualquer regra que diga respeito à necessidade de submissão dos  
154 projetos ao crivo do Conselho, mas que está aberto à eventualidade de estabelecer um  
155 parâmetro para que isso passe a acontecer. O Presidente do COMAM diz da  
156 necessidade de manifestação do Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade a  
157 respeito da compensação, dentre outros assuntos atinentes. Em seguida, o Presidente  
158 passa a palavra para o Conselheiro Ricardo Law (UNIP) que destaca a importância do  
159 assunto, perguntando a respeito do valor que será gasto e qual será o preço do metro  
160 linear, convidando o Secretário a retornar ao COMAM para tratar do tema ciclovia. O  
161 Secretário responde que salvo engano são oito mil e quatrocentos metros lineares de  
162 ciclovia sendo construídos a um custo total de aproximadamente três milhões e cem mil  
163 reais. Paulo Guimarães complementa a resposta dizendo que está à disposição do

164 Conselho. Em seguida, a representante da OAB, Fernanda Fowler, questiona a  
165 respeito das compensações ambientais, dizendo que sente falta de saber quais são  
166 feitas e seus respectivos locais, solicitando à Prefeitura que se elabore uma política  
167 para que não só o COMAM, mas para que os munícipes saibam onde estão sendo  
168 feitos os plantios a título de compensação ambiental, sugerindo que tais dados possam  
169 ser divulgados no site da Prefeitura. O Presidente do COMAM, Lincoln Delgado,  
170 referenda o questionamento feito pela Conselheira dizendo que é necessário informar  
171 também a respeito de tombamento de árvores, solicitando ao Diretor de Gestão  
172 Ambiental da SEURBS que o COMAM seja informado da justificativa de eventuais  
173 supressões em larga escala, dizendo entender que a cidade é dinâmica e que muitas  
174 vezes as árvores são impeditivas para realização de obras públicas interessantes e  
175 necessárias. Continuamente, o conselheiro Fábio (AEA), diz compreender que o  
176 Conselho tem caráter consultivo e não deliberativo, mas considera importante que  
177 assuntos relevantes sejam apresentados com antecedência ao COMAM, sob pena de  
178 diminuir a importância do Conselho, havendo necessidade de debater certas pautas.  
179 Em resposta, Lincoln Delgado diz que dada a importância e relevância dos temas  
180 reuniões mensais ainda são insuficientes para debatê-los com profundidade e que, por  
181 isso, o Conselho tem procurado instalar Câmaras Técnicas, tais como a de  
182 Arborização, Resíduos Sólidos, dentre outras, sendo que constituem um mecanismo  
183 para poder abraçar a maior quantidade de temas. Lincoln complementa dizendo que  
184 em que pese o regimento não obrigar, desde sua gestão à frente do COMAM, pelo  
185 menos uma reunião mensal é realizada, mas que, de fato, o número ainda se mostra  
186 insuficiente para que todos os temas sejam abarcados. Em seguida, o Secretário de  
187 Mobilidade Urbana, Paulo Guimarães, responde ao Conselheiro Fábio que desconhece  
188 o regimento que obriga a submissão dos projetos ao crivo do COMAM, mas que não  
189 vê qualquer problema em comparecer ao COMAM para apresentar projetos que  
190 envolvam supressão de árvores ou outras questões ambientais. Logo depois, o  
191 presidente do COMAM passa a palavra para a Conselheira Kelly Caramelo (SASP) diz  
192 da necessidade de que se dê publicidade quando das realizações de supressão de  
193 árvores, ainda mais quando a quantidade é grande. Kelly ainda questiona a respeito  
194 dos recursos que estão sendo utilizados para as obras, como, por exemplo, suas  
195 origens, reiterando a necessidade de conferir publicidade e transparência aos  
196 munícipes. O Secretário de Mobilidade Urbana diz que a questão já está sendo  
197 atendida e que tanto as receitas quanto as despesas são divulgadas no Portal da  
198 Transparência da Prefeitura Municipal e que com relação à obra da ciclovia, esta faz  
199 parte de um conjunto de obras que está sendo financiado pelo Banco Interamericano  
200 de Desenvolvimento. O Secretário complementa esclarecendo a respeito da existência  
201 do Fundo Municipal de Transportes, colocando que nele são depositados valores  
202 arrecadados das multas de trânsito, zona azul, aplicativos (Uber/99) e que são  
203 revertidos para investimentos em mobilidade urbana, destacando que tais dados estão  
204 disponíveis também no Portal da Transparência da Prefeitura, mas em um campo  
205 específico do Fundo Municipal, onde será possível acompanhar mês a mês a  
206 quantidade de multas aplicadas, os valores arrecadados e onde estão sendo

207 investidos, inclusive com nome de fornecedor, etc. Em seguida, o Conselheiro Elias  
208 Rahal (APROESP) reitera a importância de que seja instalada mais uma Câmara  
209 Técnica, desta vez para debater e acompanhar supressão de árvores. Logo depois, o  
210 presidente franqueia a palavra para os presentes que não são membros do Conselho e  
211 a primeira a se manifestar é a munícipe Andrea Luzwarghi, que utiliza a fala para  
212 solicitar o número do processo que autorizou as supressões de árvores na Avenida dos  
213 Astronautas, bem como cópia de inteiro teor do mesmo, acompanhado do projeto da  
214 ciclovia, além da documentação de licenciamento e demais documentos correlatos.  
215 Solicita ainda a paralisação das supressões até que façam a análise do projeto. Cita  
216 ainda o artigo 1º da Lei 4617/1994, mencionando que sempre as obras causadoras de  
217 impacto ambiental passaram pelo COMAM, o que não aconteceu em se tratando da  
218 ciclovia. O Secretário de Mobilidade Urbana responde que relativamente ao processo  
219 de inteiro teor, basta que se faça a solicitação formal. Com relação ao pedido de  
220 paralisação das supressões, menciona que não é possível, dada a inexistência de  
221 qualquer ilegalidade. Andrea Luzwarghi retoma a palavra e diz que um grupo irá  
222 protocolar representação ao Ministério Público, afirmando a existência de  
223 irregularidades, dado que a placa da obra, que deve informar o número do processo  
224 não está instalada. Reitera o que foi dito pela representante da OAB, ou seja, que o  
225 COMAM deveria ter sido informado com antecedência, formulando novamente o  
226 questionamento sobre a suspensão das supressões por dois dias, enquanto analisam  
227 os documentos referentes à obra. O Presidente do COMAM, Lincoln Delgado, diz  
228 concordar com a munícipe no que se refere à instalação da placa. Em seguida, a  
229 munícipe Vera Assis, inicia sua fala lembrando o fato de ter sido Presidente do  
230 COMAM por pelo menos duas vezes e que é de muita relevância entender o real papel  
231 do Conselho neste momento, citando que várias situações que deveriam ter passado  
232 pelo COMAM acabaram por não passar, como o projeto "Linha Verde", por exemplo.  
233 Menciona que mesmo o Conselho não sendo deliberativo é necessário que seus  
234 membros sejam ouvidos quando da elaboração de projetos que possam causar  
235 impacto ambiental, mencionando que é muito grave o fato de o Secretário desconhecer  
236 o verdadeiro papel do COMAM. Afirma ainda que nunca se cortou tanta árvore na  
237 cidade, que de nada adianta utilizar a palavra "sustentabilidade", quando não se vê  
238 atitudes sustentáveis na prática. Menciona, mais uma vez, que quem deveria estar  
239 presente na reunião é o Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade, momento em que  
240 o Presidente do COMAM diz que ele será convocado. Vera ainda fala da ausência de  
241 debates a respeito da qualidade do ar, dizendo da importância do tema e questiona a  
242 respeito da compensação ambiental, perguntando onde estão sendo plantadas as  
243 árvores do Termas do Vale, bem como quem serão os responsáveis por conferir a  
244 quantidade exata das mudas que serão plantadas. Em seguida, Lincoln diz concordar  
245 com a fala da munícipe e que, infelizmente, o Conselho, por vezes, é responsável por  
246 "apagar incêndios", momento em que solicita ao Secretário de Mobilidade permaneça  
247 na reunião por mais alguns minutos em respeito àqueles que ainda não formularam  
248 seus questionamentos. Solicitando a fala por questão de ordem, o Conselheiro Ricardo  
249 Law (UNIP) se dirige ao Presidente do COMAM e solicita que ele permita que os

250 municípios complementem suas falas sem interrupções e em resposta o Presidente  
251 informa ser alvo de reclamações ao permitir que os presentes se manifestem  
252 livremente e também quando limita o tempo de manifestação. O Presidente do COMAM  
253 diz que o tema não morre na reunião e que muitas das questões ali levantadas poderão  
254 ser melhor respondidas pelo Secretário Marcelo Manara, dizendo que irá solicitar que  
255 se apresente um inventário completo das espécies arbóreas. Avançando nas  
256 manifestações dos municípios, a Vereadora Amélia Naomi pergunta ao Secretário  
257 Paulo Guimarães se houve a desapropriação da área onde está sendo construída a  
258 ciclovia, dizendo que se trata de uma área federal. Diz reiterar a manifestação da Sra.  
259 Andrea Luzwarghi no sentido da necessidade de suspensão das supressões, haja vista  
260 o desconhecimento do Secretário de que tal matéria teria de ser submetida ao COMAM  
261 com antecedência, solicitando para isso que o Conselho vote o referido pedido de  
262 suspensão, destacando que conjuntamente ao munícipe Lucas Lacaz protocolou  
263 representação junto ao Ministério Público. Logo após, é a vez do munícipe Prof.  
264 Moraes se manifestar, momento em que ele diz ser irresponsável a atitude de cortar as  
265 árvores sem estudos preliminares, mencionando ainda o déficit arbóreo da cidade.  
266 Destacando que alertou o Prefeito em quatro oportunidades, se diz preocupado com a  
267 continuidade das supressões, solicitando acesso aos estudos dos potenciais efeitos  
268 danosos que tais cortes poderão causar na população residente na região. Coloca que  
269 é a favor das ciclovias, mas não ao custo de supressão de árvores. Diz exigir, como  
270 cidadão, a suspensão do corte das árvores. Menciona que a reunião do Conselho deve  
271 deliberar sobre o pedido de suspensão da supressão das árvores. Em seguida, o  
272 munícipe Wilson Cabral inicia sua fala dizendo que a Prefeitura e o próprio presidente  
273 do COMAM demonstram menosprezo com o Conselho, colocando que seria necessária  
274 uma maior interface entre o Secretário de Mobilidade Urbana e a Secretaria de  
275 Urbanismo e Sustentabilidade e que aquele deveria saber que um tema de tamanha  
276 relevância deveria passar pelo crivo do COMAM. Sobre a "Linha Verde", diz que a  
277 Prefeitura a transformará em "Linha Cinza", mencionando que se o projeto tivesse sido  
278 construído junto ao COMAM, poderia de fato ser "Verde". Com relação à Avenida dos  
279 Astronautas, destaca que inovação é ciclovia com árvores, seria pensar em como  
280 construir a ciclovia e manter as árvores existentes. Em resposta, o Presidente do  
281 COMAM menciona que desde sua criação, o Conselho sempre foi "bombeiro",  
282 destacando que os temas são tão numerosos que o COMAM acaba por não dar conta  
283 de todos. Logo depois, a Conselheira Fernanda Fowler (OAB) pede a palavra e destaca  
284 que gostaria de encaminhar para votação o pedido de suspensão da supressão das  
285 árvores enquanto os membros do Conselho analisam a documentação que será  
286 disponibilizada pela Prefeitura, quando o Presidente solicita que seja encerrada a  
287 discussão para depois analisarem o pedido formulado pela Conselheira. Assim, o  
288 munícipe Lucas Lacaz Ruiz toma a palavra e diz é uma prática rotineira da Prefeitura,  
289 mencionando o ocorrido na Praça das Bandeiras onde, segundo ele, houve a  
290 supressão de quinze árvores. Diz que a solução é ingressar no Poder Judiciário contra  
291 a Prefeitura, colocando que protocolizou representações junto ao Ministério Público e  
292 Polícia Ambiental, onde foi informado que a Prefeitura não poderia ter iniciado as

293 supressões sem laudo técnico, sem publicizar quem autorizou tal prática. Questiona ao  
294 Secretário de Mobilidade a respeito do piso que será colocado na ciclovia, perguntando  
295 se é “bloquete” ou “concreto impermeabilizante”. O Secretário de Mobilidade Urbana  
296 responde ao munícipe Lucas e diz que o piso será de concreto. Com relação ao  
297 questionamento apresentado pela Vereadora Amélia Naomi, diz que a União emitiu  
298 autorização para que a Prefeitura iniciasse as obras da ciclovia e que já se encontra  
299 em andamento o processo de doação da área. Em relação às manifestações relativas  
300 ao desconhecimento do Secretário no que tange à suposta obrigatoriedade de o projeto  
301 passar pelo COMAM, Paulo Guimarães menciona que é um processo que envolve  
302 mais de uma secretaria e que de fato não conhece os trâmites que envolvem os  
303 processos quando do ingresso dos mesmos na Secretaria de Urbanismo e  
304 Sustentabilidade. Em seguida, o munícipe Prof. Moraes retoma a palavra para solicitar  
305 que seja apreciado o pedido de suspensão da supressão das árvores, visto que o corte  
306 já foi iniciado e que se trata de uma questão emergencial. Seguidamente, o Presidente  
307 do COMAM propõe que o Secretário Executivo do COMAM, Pedro Ortiz, elabore um  
308 ofício direcionado ao Secretário de Mobilidade Urbana e ao Secretário de Urbanismo e  
309 Sustentabilidade a fim de que estes apresentem uma justificativa técnica formal ao  
310 COMAM para a supressão das árvores, lembrando que não é função do conselho  
311 deliberar a respeito de obras públicas, quando o Prof. Moraes destaca que qualquer  
312 manifestação do COMAM é carregada de peso político. O Presidente do COMAM  
313 reitera a proposta que fez. A munícipe Andrea Luzwarghi menciona a necessidade de  
314 paralisação das supressões enquanto o Conselho analisa o projeto que será  
315 disponibilizado pela Prefeitura. O Presidente do COMAM agradece a presença do  
316 Secretário de Mobilidade Urbana quando é interrompido pelos presentes que exigem  
317 que a Câmara Social do COMAM vote o pedido de suspensão das supressões  
318 enquanto o Secretário está presente na reunião, manifestação esta corroborada pela  
319 representante da OAB. O Presidente do COMAM diz que é um assunto que não estava  
320 na pauta e que, por isso, não há necessidade de levá-lo a votação. Em contrapartida, a  
321 representante da OAB insiste que é obrigação do COMAM apreciar o pedido, propondo  
322 que duas votações sejam realizadas, uma para analisar o pedido elaborado pelo  
323 Presidente do COMAM e outra para analisar a proposta feita por ela, que acresce ao  
324 dele ao solicitar a suspensão das supressões. O Presidente do COMAM diz que é um  
325 questionamento que precisa ser solucionado e que sua proposta é que as Secretarias  
326 envolvidas (SEURBS e SEMOB) possam enviar formalmente suas justificativas  
327 técnicas ao COMAM com a maior celeridade possível, acrescentando que o COMAM  
328 não tem o poder de paralisar as obras, dado que não é deliberativo e que a obra conta  
329 com licenciamento, etc., cabendo ao COMAM elaborar, depois, uma moção de repúdio  
330 recomendando que isso não mais ocorra. A Conselheira Fernanda Fowler solicita, mais  
331 uma vez, que sua proposta (justificativas técnicas e suspensão das supressões) seja  
332 levada à votação. Logo depois, a Conselheira Kelly Caramelo (SASP) pede que os  
333 membros mantenham a ordem, dizendo não há necessidade de a Prefeitura continuar  
334 com as supressões, eis que o Conselho está solicitando um prazo curto e que a obra  
335 irá se estender por um longo período. Em seguida, a Conselheira Dolores Pino

336 (SEURBS) solicita a palavra para questão de ordem, propondo a realização de uma  
337 reunião extraordinária a fim de que o tema seja discutido, dizendo que não é o  
338 momento adequado para que esta pauta seja debatida. Menciona ainda que as  
339 supressões não podem ser suspensas, visto que tais questões já foram analisadas  
340 pelos técnicos da SEURBS e que se a obra tiver de ser paralisada que seja pelo Poder  
341 Judiciário. O Presidente do Conselho propõe ao Secretário de Mobilidade Urbana que  
342 sua Secretaria responda ao ofício que será enviado e que enquanto isso possa haver a  
343 manutenção das árvores que ainda não foram suprimidas. O Secretário de Mobilidade  
344 Urbana responde que não pode de pronto, assumir este compromisso. O Presidente do  
345 COMAM agradece, mais uma vez, a presença do Secretário da SEMOB e coloca que,  
346 independentemente de votação, será enviado ofício às Secretarias solicitando o envio  
347 de justificativas técnicas e que caberá à Prefeitura suportar as consequências de  
348 continuar com a supressão das árvores. O Conselheiro Ricardo Law (UNIP) menciona  
349 a necessidade de se consultar ao COMAM se este é a favor ou contra a continuidade  
350 das supressões. O Presidente do COMAM decide submeter as proposições à Câmara  
351 Social e pede que os membros do Conselho levantem a mão, momento em que os  
352 munícipes presentes alegam que os Conselheiros representantes do Poder Público  
353 chegaram à reunião apenas para participar da votação. O Presidente do COMAM,  
354 dando continuidade à reunião, coloca em votação duas propostas, sendo que a  
355 primeira versa sobre o envio de ofício às Secretarias (SEURBS e SEMOB) solicitando o  
356 envio das documentações pertinentes e justificativa técnica e a segunda solicita, além  
357 das documentações e justificativa técnica, a suspensão das supressões de árvores até  
358 que a Prefeitura envie os documentos. A primeira proposta foi rejeitada com seis votos  
359 a favor e oito contrários e a segunda proposta foi aprovada com oito votos a favor e  
360 seis contrários, momento em que o Presidente proclama o resultado e determina a  
361 elaboração do ofício solicitando os documentos e justificativa técnica, além da  
362 solicitação para que a Prefeitura suspenda os cortes até a apresentação dos mesmos.  
363 Assim, o Presidente do COMAM, dando continuidade aos demais assuntos propostos  
364 em pauta, que será apresentado pelo Diretor de Gestão Ambiental da Secretaria de  
365 Urbanismo e Sustentabilidade, Ronaldo Madureira, que inicia sua fala dizendo que irá  
366 expor sobre dois projetos que são financiados pelos Fundos Municipais de Serviços  
367 Ecológicos e de Meio Ambiente. O primeiro é o "Educomunicação socioambiental",  
368 que está dentro do programa "Nascentes", dizendo ser um programa muito exitoso, eis  
369 que existe há mais de dez anos, com participação de escolas, demonstrando que o  
370 objetivo não recai apenas sobre a recuperação das nascentes, mas também sobre  
371 educação ambiental. Diz que além da atividade de plantio, há formação dos  
372 professores e educadores, sendo que foram mapeadas trinta e três nascentes no  
373 município para que sejam recuperadas. Menciona que várias temáticas são discutidas,  
374 tais como crise hídrica, relação da floresta com a água, o papel de cada um no cuidado  
375 com o espaço público onde vive, destacando que a educação ambiental não pode ficar  
376 restrita às salas de aula, devendo os alunos sair a campo. Coloca que em volta da  
377 nascente, cinquenta quilômetros de raio são preservados, ou seja, são oito mil metros  
378 de plantio para recuperação daquela nascente. São objetivos do projeto identificar e

379 recuperar áreas de preservação permanente, especialmente as nascentes na área  
380 urbana, colaborar com a preservação da área e divulgar políticas públicas de cuidado  
381 com o ambiente e uso sustentável da água, aumentar o índice de vegetação urbana,  
382 aumentar a biodiversidade da fauna e flora, dentre outros. Madureira fala que escolas  
383 de toda a cidade já fazem parte do programa. Destaca que o programa começou no  
384 ano de dois mil e seis, mas que a partir de dois mil e treze houve uma paralisação de  
385 investimentos no projeto, porém como as escolas e a comunidade já haviam abraçado  
386 a ideia, o programa teve continuidade. Menciona que com os recursos do fundo, o  
387 programa consegue obter infraestrutura, tais como elaboração de cartilha, mapas,  
388 contratação de profissionais e oficinairos, monitoramento de água. Diz ainda que são  
389 mais de vinte e dois mil alunos envolvidos direta ou indiretamente, sendo dezessete  
390 escolas municipais, duas unidades da FUNDHAS, duas escolas estaduais, duzentos e  
391 trinta mil metros quadrados de área de preservação permanente, somando mais de  
392 quarenta mil mudas de espécie nativas plantadas. Menciona ainda o trabalho que é  
393 feito pela Divisão de Parques e Áreas Verdes no que se refere ao monitoramento da  
394 qualidade da recuperação vegetal, sendo que foram identificados como fatores  
395 positivos o aumento da cobertura da copa em pontos dispersos da área, preservação  
396 das espécies remanescentes e negativo a baixa quantidade de espécies arbóreas.  
397 Foram identificadas também atividades de manutenção que são necessárias, tais como  
398 reforma das cercas, limpeza de entulhos e lixos, roçada para retirar braquiara, etc. Em  
399 seguida, o Diretor Ronaldo Madureira passa a expor o outro projeto financiado com  
400 recursos do fundo, qual seja o programa "Pomares Nativos Educativos". O programa,  
401 que já soma quatorze pomares plantados, objetiva o plantio de espécies frutíferas  
402 atrativas para o consumo humano oriundas da Mata Atlântica e do Cerrado,  
403 destacando que a demanda é grande, mas que é necessário que se faça análise  
404 detalhada dos locais dos plantios, a fim de que não seja realizado em locais que  
405 possam gerar problemas no futuro, tal como o jambolão que é plantado em calçadas.  
406 Menciona também que uma das intenções do programa é fomentar o contato das  
407 crianças com os pés de frutas, dizendo que a atividade não se resume ao plantio, mas  
408 em uma sala de aula ao ar livre. Coloca que foram realizados verdadeiros mutirões de  
409 plantio nas várias regiões da cidade, na semana da água no mês de março e na  
410 semana do meio ambiente, mostrando registros fotográficos das atividades. Destaca  
411 que em muitos dos locais onde são realizados os plantios houve transformação do  
412 espaço público, eis que antes serviam de local de descarte irregular de entulho.  
413 Finalizando sua apresentação, passa a expor sobre os valores dos investimentos  
414 realizados, respondendo, em especial, questionamento levantado pelo  
415 Conselheiro Ricardo Law (UNIP). Coloca que, relativamente ao FUMCAM, nos anos de  
416 dois mil e quatorze e dois mil e quinze os recursos não foram utilizados, havendo  
417 apenas receitas. Já no ano de dois mil e dezesseis, houve pouca utilização dos  
418 valores, sendo que os investimentos se intensificaram a partir de dois mil e dezessete.  
419 Referindo-se, agora ao FMSE, Ronaldo Madureira afirma que foram investidos R\$  
420 90.000,00 (noventa mil reais) no programa "Educomunicação". Reitera a importância de  
421 que se reserve um espaço nas reuniões do COMAM para prestação de contas dos

422 recursos dos fundos municipais, além de expor a respeito dos programas financiados  
423 por eles, em nome da transparência. O Presidente do COMAM agradece ao Diretor  
424 Ronaldo Madureira e corrobora a necessidade de que se divulgue com mais ênfase a  
425 possibilidade de fomentar projetos com os recursos dos fundos municipais, falando  
426 também a respeito da importância das Câmaras Técnicas serem mais propositivas no  
427 sentido de sugerirem projetos que possam ser fomentados. O Conselheiro Ricardo Law  
428 lembra ao presidente do COMAM que há mais um assunto na pauta e diz lamentar  
429 profundamente que vários membros do Conselho tenham se ausentado quando o  
430 assunto da ciclovia da Avenida dos Astronautas foi encerrado, colocando que a reunião  
431 do COMAM tem horário de início e fim, pauta pré-estabelecida, momento em que o  
432 Presidente do COMAM diz lamentar o tumulto causado por pessoas que comparecem  
433 ao COMAM apenas para este fim. Ricardo Law menciona que esteve em um programa  
434 de rádio falando sobre o COMAM, Meio Ambiente, Sustentabilidade, dentre outros  
435 temas, e que ficou impressionado com o interesse das pessoas que ouviam/assistiam o  
436 programa. Relata ainda que na ata da última reunião não foi registrada leitura que fez  
437 dos excertos legais retirados das legislações que regem o COMAM, no sentido da  
438 necessidade de que os projetos candidatos a financiamento pelos fundos sejam  
439 votados pela Câmara Social do Conselho, solicitando correção da referida ata.  
440 Menciona que não foram respondidos todos os questionamentos que apresentou, haja  
441 vista que algumas respostas foram trazidas pelo Gestor de Contratos da SEURBS e  
442 outras pelo Diretor Ronaldo Madureira, mas que não satisfazem tudo o que foi  
443 questionado, solicitando o detalhamento da alocação dos recursos dos últimos cinco  
444 anos. Solicita ainda que as prestações de contas passem a ser feitas com regularidade,  
445 dizendo que as pessoas participam, mas desconhecem as regras do Conselho. O  
446 Diretor Ronaldo Madureira diz também lamentar que várias pessoas tenham saído da  
447 reunião, pois deixaram de ouvir um pouco do que se faz em São José dos Campos na  
448 área ambiental. O Conselheiro Ricardo Law diz que participou da Câmara Técnica de  
449 Resíduos Sólidos e colocou seu nome à disposição para participar da Câmara Técnica  
450 dos Fundos, mas que não foi convidado a participar das reuniões. O Presidente do  
451 COMAM passa a palavra para a Conselheira Fernanda Fowler (OAB), que parabeniza  
452 o Diretor Ronaldo Madureira pela apresentação das justificativas, reiterando as  
453 palavras ditas pelo Conselheiro Ricardo Law, dizendo que após estudos das leis  
454 instituidoras dos fundos junto à Comissão de Meio Ambiente da OAB, concluíram que  
455 há necessidade de que os projetos a serem financiados sejam apresentados com  
456 antecedência à Câmara Social do COMAM, a fim de que ela decida onde os recursos  
457 devam ser empregados. Fala também da necessidade de que a SEURBS passe a  
458 disponibilizar a movimentação financeira dos fundos em portal na internet, solicitando  
459 cópia de todas as atas das reuniões da Câmara Técnica dos Fundos que ocorreram  
460 nos últimos dois anos. Menciona, por fim, a necessidade de que sejam lavradas atas  
461 de todas as reuniões da Câmara Técnica dos Fundos, caso isto não esteja  
462 acontecendo. O Presidente do COMAM diz concordar com as manifestações dos  
463 Conselheiros, atestando o funcionamento da Câmara dos Fundos. Coloca também que  
464 é preciso que os recursos sejam utilizados para fins cada vez mais nobres,

465 mencionando que isso não significa que não estejam sendo usados para fins  
466 estritamente ambientais, mas que sente falta que os recursos sejam empregados em  
467 projetos da sociedade civil. Em seguida, o Presidente do COMAM passa a palavra para  
468 o Arquiteto Gabriel Ivo (SEURBS), a fim de que ele fale sobre o balanço das audiências  
469 públicas de discussão do Projeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo. Gabriel inicia sua  
470 apresentação cumprimentando a todos e menciona que irá expor um resumo da  
471 participação popular nas audiências. Destaca que ocorreram doze audiências públicas  
472 e foram protocoladas quinhentas e setenta e duas contribuições que estão sendo  
473 analisadas e em breve a SEURBS irá publicar o caderno com as devolutivas. Destaca  
474 que o cronograma aprovado pelo CMDU (Conselho Municipal de Desenvolvimento  
475 Urbano) foi seguido à risca, com exceção, apenas, da data do protocolo do Projeto de  
476 Lei junto ao Legislativo Municipal, que era para ter sido feito na primeira semana do  
477 mês de agosto, mas acabou por acontecer na semana seguinte. Sobre as audiências  
478 públicas, fala que a primeira, que aconteceu no Bonsucesso contou com a participação  
479 de quarenta e sete pessoas, sendo que dentre elas, uma boa parte defendeu a  
480 manutenção do denominado "Bosque Betânia", destacando que o zoneamento da  
481 localidade foi alterado para ZM1, que veda a verticalização. Outro assunto debatido foi  
482 sobre a regularização dos núcleos urbanos da zona norte e a melhoria dos acessos  
483 nos bairros rurais. Sobre a segunda audiência pública, que foi realizada no Vista Verde,  
484 contou com a participação de noventa pessoas, sendo que aproximadamente um  
485 quarto dos participantes era de moradores do próprio bairro. Destaca que os principais  
486 assuntos debatidos foram sobre a manutenção do zoneamento residencial do bairro,  
487 incomodidade de alguns estabelecimentos comerciais, "Bosque Betânia" e Jardim  
488 Esplanada. A terceira audiência pública ocorreu no Jardim das Indústrias e contou com  
489 a participação de cento e noventa e cinco pessoas, onde a maioria dos presentes  
490 desejava saber o que estava sendo proposto para o zoneamento do Jardim Aquarius,  
491 além de representantes do "Bosque Betânia" e Jardim Esplanada. Em Santana foi  
492 realizada a quarta audiência pública, que contou com a participação de  
493 aproximadamente cento e vinte pessoas, onde os principais assuntos discutidos foram  
494 a implantação de rede de comércio e serviços, regularização fundiária da zona norte,  
495 melhoria de infraestrutura, "Bosque Betânia" e Jardim Esplanada. No Parque Novo  
496 Horizonte foi realizada a quinta audiência pública que contou com a participação de  
497 trinta e duas pessoas, sendo que os assuntos mais discutidos foram demandas da  
498 própria região, seguidos pelo "Bosque Betânia", melhoria da mobilidade, dentre outros  
499 assuntos. A sexta audiência pública foi realizada na Câmara Municipal e contou com a  
500 participação de cento e noventa e três pessoas, sendo que as demandas referentes ao  
501 "Bosque Betânia", Jardim Esplanada e Músicos foram as mais debatidas. No Bosque  
502 dos Eucaliptos aconteceu a sétima audiência pública e nela estavam presentes  
503 sessenta e cinco pessoas, com várias pessoas da própria região. A oitava audiência  
504 aconteceu no Jardim Santa Fé e lá estavam presentes vinte e uma pessoas, que  
505 discutiram sobre infraestrutura local, espaços de lazer, dentre outros assuntos. A nona  
506 audiência ocorreu em São Francisco Xavier e lá estavam presentes aproximadamente  
507 trinta pessoas, quando se discutiram questões atinentes aos novos bairros que serão

508 incorporados à zona urbana, regularização fundiária dos abarramentos, preservação  
509 ambiental, melhoria de infraestrutura viária e de transporte coletivo, dentre outros  
510 assuntos. A décima audiência aconteceu no Bosque dos Ypês e contou com a  
511 presença de vinte e nove pessoas, sendo que os principais temas discutidos diziam  
512 respeito a demandas do próprio bairro. A penúltima audiência pública foi realizada no  
513 Urbanova e lá estavam presentes mais de cinquenta pessoas, sendo que os principais  
514 temas discutidos foram atinentes ao próprio bairro, tais como a verticalização no bairro,  
515 mobilidade urbana e estudos ambientais. A última audiência pública aconteceu na  
516 Casa do Idoso – Centro e contou com a presença de trezentas e três pessoas,  
517 oriundas dos mais variados bairros da cidade. Lá se discutiram temas como a questão  
518 do “Bosque Betânia”, zoneamento do Jardim Esplanada, Banhado, demandas atinentes  
519 à zona norte, músicos, preservação do cerrado, Jardim Apolo, dentre outros assuntos.  
520 Gabriel, finalizando sua apresentação, menciona que os documentos protocolados nas  
521 audiências foram separados de acordo com as mesmas e que todos serão  
522 respondidos. O Presidente do COMAM, Lincoln Delgado, agradece pela apresentação  
523 e oportuniza a palavra aos presentes que queiram apresentar algum questionamento,  
524 momento em que a Conselheira Fernanda Fowler (OAB) solicita que a apresentação  
525 seja disponibilizada aos membros por e-mail e que o representante da SEURBS possa  
526 voltar ao COMAM para apresentar o caderno de devolutivas, explicitando as respostas  
527 que foram dadas aos pleitos, bem como o percentual que foi acolhido no mencionado  
528 Projeto de Lei. Gabriel Ivo (SEURBS) responde que está disponível para retornar ao  
529 COMAM e que antes da realização da próxima reunião do Conselho o caderno de  
530 devolutivas estará pronto. O Presidente do COMAM agradece, mais uma vez, ao  
531 representante da SEURBS pela apresentação dizendo que foi bem esclarecedora e  
532 elucida que em relação à aprovação da ata da reunião do dia dezoito de julho será  
533 necessário que se faça algumas correções solicitadas pelo Conselheiro Ricardo Law e  
534 que, por isso, será submetida à plenária quando da reunião ordinária do mês de  
535 setembro. Assim, o Presidente passa a palavra para o Conselheiro Alberto Queiroz  
536 (SG-SFX) a fim de que ele fale sobre a observação de aves no distrito. Ele então inicia  
537 sua fala colocando que há mais ou menos um ano foi realizada uma roda de conversa  
538 sobre a observação de aves e que isto seria um turismo interessante para a localidade.  
539 Relata que participaram desta conversa membros da sociedade civil, de ONG's e que  
540 se decidiu formar um grupo de trabalho com a Prefeitura, Conselho Consultivo da APA  
541 Estadual, ONG SAVE Brasil (que faz a reintrodução da Jacutinga), dentre outros  
542 atores. A Prefeitura, então, promoveu em São Francisco Xavier e no Parque Vicentina  
543 Aranha um festival de observação de aves, que foi realizado no mês de julho.  
544 Conjuntamente ao festival de observação de aves, a Prefeitura também realizou uma  
545 amostra de fotografias. A ONG SAVE Brasil fez uma oficina de treinamento de  
546 pousadas a fim de explicar a maneira de trabalhar com comedouros e atração de aves  
547 para os clientes, além de ter promovido também um treinamento para guias de  
548 observação de aves. Alberto comenta também que após conversa com a ALUPAR,  
549 empresa que irá fazer a linha de transmissão de energia, a fim de que eles  
550 participassem das atividades, ficou estabelecido que eles fizessem os guias de aves

551 que foram distribuídos para os membros do COMAM. Alberto destaca que envidou  
552 esforços na elaboração do guia, haja vista que ninguém sabia ao certo a quantidade de  
553 espécies de aves, colocando que chegaram a trezentas e sessenta espécies. Diz sobre  
554 o Parque Municipal de São Francisco Xavier, que fica no centro do distrito, com três  
555 alqueires e meio abertos e três alqueires e meio de mata, sendo um local de grande  
556 potencial de observação de aves, sendo que, atualmente, já contam com cento e  
557 noventa e três espécies registradas. Destaca também que a área de São Francisco em  
558 conjunto com Monte Verde é de importância mundial, mencionando que a Serra da  
559 Mantiqueira é oitavo lugar em biodiversidade em cento e setenta e três mil áreas  
560 analisadas no mundo todo. Por fim, o Presidente informa que a Secretaria de Saúde  
561 enviou ofício ao COMAM informando a troca de seu representante titular no Conselho,  
562 onde terá assento o servidor Augusto Delfim Moreira. Continuamente, o Sr. Lincoln  
563 Delgado, agradece a presença de todos. Nada mais a tratar, deu-se por encerrada a  
564 reunião, e eu, Pedro Jorge Ortiz Endrizzi, lavrei a presente ata.

  
\_\_\_\_\_  
José Lincoln Trigo Delgado de Almeida  
Presidente

  
\_\_\_\_\_  
Pedro Jorge Ortiz Endrizzi  
Secretário Executivo

